



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

DECRETO Nº. 004 DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

Declara situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Inundações – COBRADE 12100 conforme Portaria Federal 260 de 02/02/2022.

O Senhor **MIGUEL PAULO SOUZA FILHO**, Prefeito do Município de São Francisco, localizado no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 77 da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Considerando as intensas chuvas que afetaram e contribuíram para a elevação do nível dos Rios São Francisco, Acari, Urucuia, Abaeté, Paracatu e Rio das Velhas que transbordaram inundando e alagando muitas áreas às suas margens;

II – Considerando os prejuízos de muitos moradores das áreas ribeirinhas, principalmente nas suas plantações e daquelas com comprometimento de acessibilidade aos serviços de saúde, moradores e comerciantes dos bairros Luzia, Centro, Sagrada Família e São José, bem como as localidades de Angico Branco, Arrozal, Assentamento, Barreira dos índios, Barreiro dos Angicos, Barro Alto, Brejo, Bom Jesus, Bom Jardim da Prata, Boa Vista, Boca do Rio, Cascalho, Cipoal, Ilha das Porteiras, Ilha da União, Ilha do Vitor, Lagedo, Lagoa da Prata, Mocambo, Porto Velho, Retiro, Ribeiro Neves, São Domingos, Sapé, Saputá, Tapera, Tinguís, Travessão, e Vaqueta, bem como outras que vierem a ser atingidas;

III – Considerando que muitas estradas municipais foram prejudicadas tendo sua trafegabilidade dificultada devido a atoleiros, buracos causados pelas inundações, bueiros e comportas danificadas no Dique de Contenção, que servem para evitar que as águas do rio inundem bairros e casas da localidade;

IV - Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade a grande concentração de habitantes na zona rural que vivem da agricultura, pecuária e pesca e a dificuldade de escoamento da produção agrícola;

V – Que o parecer do COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil) de São Francisco/MG, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundações conforme Portaria Federal 260 de 02/02/2022 – FIDE COBRADE 12100.

Artigo 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil) de São Francisco/MG nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Art. 3º. Autoriza - se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil) de São Francisco/MG.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza – se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de respostas aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

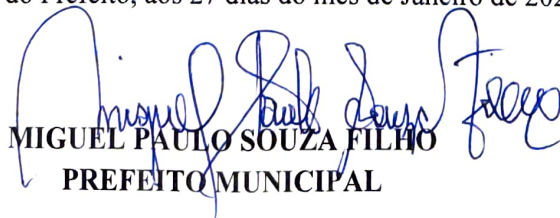
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base na Lei nº. 14133 de 01.04.2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contada a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art.7º - Revogam-se as disposições em contrário, com ênfase no Decreto nº. 062 de 10/12/2024, entrando este decreto em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 27 dias do mês de Janeiro de 2026.


MIGUEL PAULO SOUZA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL